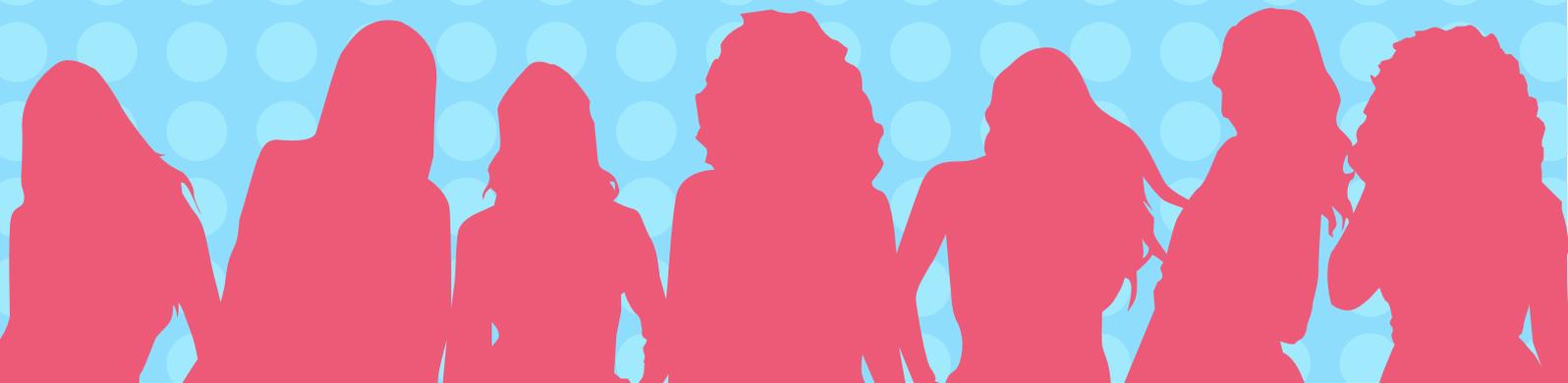


# CENSO TRANS

## REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DO CENSO TRANS

*Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil*



REALIZAÇÃO



FINANCIAMENTO





**censo**  
**TRANS**



# CENSO TRANS

## REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DO CENSO TRANS

*Sem motivos para orgulho: diálogos e análises do contexto socioeconômico de mulheres travestis e transexuais no Brasil*

REALIZAÇÃO



FINANCIAMENTO



# REFLEXÕES SOBRE OS DADOS DO CENSO TRANS

Organização: **Dediane Souza e Tathiane Araújo**  
Projeto gráfico e diagramação: **Eduardo Lins**

# SUMÁRIO

- 8** Agradecimentos
- 9** Dedicatória
- 10** Apresentação
- 12** Censo Trans
- 14** A Importância da Produção de Dados Sobre a População de Pessoas Trans, Travestis e de Gênero Diverso no Brasil Além do Monitoramento de Assassinatos **por Sayonara Nogueira**
- 18** Educação, O Segredo da Ascensão **por Rebecka de França**
- 23** Assistência Social no Brasil e a População de Travestis e Transexuais **por Joyce Gomes**
- 25** Apontamentos do Censo Trans para uma Incidência Política a Partir do Dados **por Dediane Souza e Tathiane Araújo**
- 29** Gráficos

## **AGRADECIMENTOS**

A REDETRANS BRASIL agradece a todas as organizações e pessoas filiadas envolvidas no processo de construção do Censo Trans; importante ressaltar que a contribuição voluntária de lideranças e das organizações locais foram fundamentais para o resultado desta iniciativa, seja na aplicação dos questionários, no debate sobre a construção dos questionários, na tabulação dos dados e ou na escrita das reflexões que constam aqui nesta publicação. Agradecemos o apoio do Fundo Positivo LGBTI + pela parceria.

Muito obrigada a toda família Rede Trans e aos parceiros envolvidos nesta iniciativa.

***Tathiane Araújo***  
*Presidente da REDE TRANS BRASIL*

## DEDICATÓRIA

“Dedicamos este trabalho às ativistas Bruna Vallin, Amanda Mafree, Janaína Lima e Thina Rodrigue (*in memoriam*), que dedicaram suas vidas ao ativismo por um mundo melhor para todas as pessoas trans do Brasil”.



## APRESENTAÇÃO DA REDE TRANS BRASIL

A **Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDETRANS** Brasil teve sua fundação e registro no ano de 2009 na cidade do Rio de Janeiro, instituição nacional que representa as travestis, mulheres e homens transexuais do Brasil.

A **Rede Trans Brasil** coloca-se como instrumento de expressão da luta pela garantia dos Direitos Humanos e da cidadania plena de Travestis e Transexuais, masculinos e femininos, contra quaisquer formas de discriminação, além de priorizar o fortalecimento de políticas públicas nas três esferas governamentais e na garantia de uma legislação, a nível nacional, que ampare a nossa comunidade, para que seja possível o exercício pleno da cidadania e o combate à violência e à discriminação cometida contra travestis, homens e mulheres transexuais no Brasil.

A **Rede Trans Brasil**, desde de 2011, é a única rede afiliada à Rede LAC Trans, única rede exclusiva para discussão, na América Latina e Caribe, da temática de travestis e transexuais; internacionalmente, essa rede participa ativamente da militância da causa dos Direitos Humanos da nossa comunidade da América Latina e do Caribe. Foi destaque na primeira gestão da Rede Trans Brasil sua atuação no cenário internacional, levando nossa situação para conhecimento e troca de experiências com outras redes, além dos desafios do reconhecimento dos direitos sociais das pessoas TRANS e sua situação de exclusão social. Para a formalização da rede, foram levadas em consideração as experiências das militantes do movimento TRANS na luta pela defesa dos conceitos de direito, gênero, identidade, diversidade e cidadania trans.

A **Rede Trans**, além de discutir essas questões, na medida em que teve a intenção de influenciar na formação de uma consciência política, assim como sobre o preparo/despreparo dos profissionais que estão à frente das políticas públicas, nas gestões estaduais e municipais, quanto a essas questões, sempre foca seu trabalho colocando denúncias e a falta de leis no parlamento, além de um executivo que ainda fez muito pouco sobre o combate à violência e acerca da dificuldade de acesso a serviços públicos, como saúde e educação, o que demonstra que essa população se torna mais vulnerável que quaisquer outras historicamente discriminadas. Longe das escolas, muitas delas ficam excluídas do mercado de trabalho e acabam tendo como única opção o trabalho na prostituição. Não acolhidas de forma adequada nas unidades de saúde, também têm mais dificuldades para recorrer aos instrumentos necessários para uma vida saudável e sua construção de gênero e de corpo.

Nesse sentido, a instituição realizou, ao longo dos últimos anos, os *Workshops* que, em 2022, chegou à sua quinta edição; para além da etapa nacional, realizamos os workshops regionais que são divididos nas cinco regiões brasileiras e uma etapa nacional cujo tema central do debate gira em torno do acesso às políticas públicas voltadas para o à cidadania da população de travestis e pessoas transexuais no Brasil, *advocacy*, controle social e formação política.

A Rede trans Brasil é pioneira na publicação do dossiê dos assassinatos de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais no Brasil desde de 2016; as versões digitais do

dossiês estão disponível no nosso site [www.redetransbrasil.org.br](http://www.redetransbrasil.org.br) assim como demais publicações; a Rede Trans atua sempre na vanguarda da luta pelos direitos humanos da população de travestis, mulheres e homens transexuais e tem aqui mais uma iniciativa importante para a incidência política por ações que diminua os contextos de vulnerabilidade que nos encontramos no Brasil.

Apresentamos aqui um levantamento de dados que chamamos de Censo Trans, produto de várias mãos de pessoas travestis e transexuais que arregaçaram as mangas no intuito de produzir um conjunto de dados e reflexões sobre o perfil socioeconômico e de violência que nós enfrentamos no Brasil.

## CENSO TRANS

O Censo Trans é uma iniciativa da Rede Trans Brasil que teve os primeiros processos de construção em junho de 2017, na cidade de São Paulo, durante a programação da Parada do Orgulho LGBT, em que a Rede esteve e realizou a primeira edição da I Ação Transada, com a participação de diversas organizações afiliada a Rede Trans. Em um primeiro momento, na sede do Centro de Referência da Diversidade – CRD, realizamos uma revisão do questionário e, no dia seguinte, iniciamos a aplicação junto às travestis e transexuais que trabalhavam na região central de São Paulo; as ativistas que participavam da atividade foram as responsáveis pela aplicação dos questionários e, ao término da atividade em São Paulo, as afiliadas saíram com a missão de aplicação do mesmo em suas cidades de origem, foram um total de 1.161 questionários aplicados, em dez capitais brasileiras, sendo que os leitores têm, em mãos, a sua sistematização dos dados coletados.

Em resposta à ausência de dados do perfil socioeconômico da população de travestis e mulheres transexuais no Brasil, por parte dos órgãos competentes, a Rede Trans inicia uma discussão de um questionário contendo perguntas sobre o perfil de identidade de gênero, idade, cor/raça, moradia, escolaridade, condição de trabalho, conhecimento sobre nome social e nome civil, saúde, acesso a teste de HIV, prevenção, uso de drogas, serviço ambulatorial do processo transexualizador, uso de silicone industrial e discriminação por identidade de gênero.

Foram um total de dez capitais brasileiras que aplicaram os questionários com travestis e mulheres transexuais, os questionários foram aplicados por travestis e transexuais lideranças de organizações filiadas a Rede Trans Brasil, somando um total 1.161 que foram respondidos e sistematizados pela rede trans no decorrer do último período. Acredito ser importante ressaltar que os dados aqui refletem os contextos que a população de travestis e transexuais de gênero feminino se encontra em capitais dos estados brasileiros e que estão em contexto de prostituição e ou são atendidas por organizações de base que trabalha com esse público. Acredito ser importante destacar que o contexto de vulnerabilidades que nos encontramos é de total importância para realizarmos uma leitura dos dados que logo vamos apresentar.

A tabulação dos dados foi realizada por meio da ferramenta *Google Forms* e as leituras dos mesmos estão sendo aqui realizadas por pessoas travestis e transexuais, lideranças que vêm acumulando conhecimento com o ativismo, a academia e com as suas comunidades de pertencimentos. Às caras e caros leitoras, estamos apresentando uma pesquisa sobre a população de travestis e transexuais e produzida por travestis e transexuais. Toda metodologia da pesquisa deste processo foi realizada por pessoas trans; desde a aplicação dos questionários até a fase de análise dos dados.

O apoio do Fundo Positivo LGBTI+ foi de total importância para a conclusão deste trabalho em tela. Os dados que constam, nesta publicação, são frutos coletivos de reflexões de travestis e transexuais no intuito de provocar o Estado brasileiro acerca do contexto de desigualdade social que as pessoas trans no Brasil enfrentam com a ausência de incidência de políticas públicas pelo Estado.

A Rede trans vem se consolidando como uma organização que, para além de fazer a incidência política no controle social, contribuindo na elaboração de políticas públicas para a população de travestis e transexuais com as esferas de governo, também vem produzindo saberes sobre a vivência trans no contexto brasileiro e esta publicação é fruto desses saberes, que são produzidos por pessoas trans.

## **A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DADOS SOBRE A POPULAÇÃO DE PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E DE GÊNERO DIVERSO NO BRASIL ALÉM DO MONITORAMENTO DE ASSASSINATOS**

Sayonara Naider Bonfim Nogueira<sup>1</sup>

Devido à escassez de números e dados sobre a população de pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil, a Rede Trans Brasil, em junho de 2017, propôs esse Censo com a finalidade de criar subsídios e informações para a produção de conhecimento científico e para posterior formulação de políticas públicas fundamentadas em evidências e, conseqüentemente, o avanço dos direitos da comunidade trans no país.

Em relação à demografia das orientações sexuais existem alguns estudos que vale aqui destacar até chegarmos na questão da identidade de gênero. Em 2009, em uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo, em dez capitais do Brasil, 7,8% dos homens diziam-se homossexuais e 2,6% bissexuais, para um total de 10,4%; 4,9% das mulheres diziam-se lésbicas e 1,4% bissexuais, para um total de 6,3%. Dos homens da cidade do Rio de Janeiro, 11,3% eram homossexuais ou bissexuais. Das mulheres da cidade de Manaus, 10,2% eram homossexuais ou bissexuais (JESUS, 2012)<sup>2</sup>.

Em 2010, o IBGE identificou sessenta mil casais homoafetivos vivendo juntos no país, a maioria formada por homens (47,4%) e mulheres (53%). O número de casais corresponde ao total de domicílios onde os próprios moradores declararam viver uma união consensual desse tipo e equivale a 0,1% do total de moradias do país (VIEIRA, 2012)<sup>3</sup>.

Segundo Peron (2012), esses estudos demográficos de orientação sexual encontram diversos problemas metodológicos. Primeiro, existe muitas pessoas que preferem não revelar sua orientação em pesquisas, por exemplo, por medo de ser descoberto no trabalho, medo de sofrer violência, por pressão social ou familiar ou por influência religiosa<sup>4</sup>.

Em relação às identidades de gênero, o que existem são dados antigos e de pesquisadores internacionais. A nível nacional, pode-se destacar a pesquisa “Os Homens Trans no Brasil: as políticas públicas e a luta pela afirmação de suas identidades”, de Roberto Cezar Maia de Souza, da Faculdade de Psicologia Maurício de Nassau, de 2016, que traz dados importantes e alarmantes sobre a população de homens trans brasileiros. A pesquisa contou com 242 pessoas de todas as regiões do Brasil. A metodologia empregada foi

1 Licenciada em Geografia e Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora no Curso de Pedagogia da UNIPAC, Presidenta do Instituto Brasileiro Trans de Educação, Secretária de Comunicação da Rede Trans Brasil, Presidenta do Conselho Popular LGBTQIA+ de Uberlândia/MG. E-mail: sayonarageo@gmail.com

2 JESUS, J. G. de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012

3 VIEIRA, I. IBGE identifica 60 mil casais gays no país. A maioria dos casais homoafetivos vivendo juntos no país é formada por católicos (47,4%) e mulheres (53%). Revista Exame, 17/10/2012

4 PERON, J. How Many LGBT People Are There? Should It Matter? Huffpost, 24/10/2012.

quantitativa, ou seja, as informações foram colhidas por meio de um questionário estruturado<sup>5</sup>.

No dia 18 de outubro de 2017, a Revista Veja fez uma matéria especial intitulada “Meu filho é trans”, em que a jornalista Giulia Vidale destacou que as pessoas transgêneras fazem parte do dia a dia brasileiro, sendo 0,5% da população, o que corresponde a um milhão de pessoas<sup>6</sup>.

Victor Furtado (2020) menciona que o Censo, mais uma vez, vai ignorar a população LGBTI+ brasileira por mais uma década. A informação foi confirmada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse modo, LGBTI+ continuam sem dados que possam fomentar políticas públicas<sup>7</sup>.

Nesse ínterim, a organização *All Out* iniciou uma campanha, na *internet*, para que se incluísse a população LGBTI+ no censo de 2021 do IBGE, uma vez que a implementação de políticas públicas para proteger as pessoas LGBTI+ dependem da produção de dados sobre essa população e sua distribuição no território. A organização TODXS aplicou em 2019 um questionário para analisar o perfil LGBTI+ nacional, publicado no ano de 2021, em que obtiveram quinze mil respostas e está disponível no site: <https://linktr.ee/todxsbrasil>. A Universidade de Brasília (UnB) também lançou uma pesquisa, a nível nacional, em 2020, com o objetivo de conhecer o perfil das pessoas trans no país.

Recentemente o IBGE divulgou o 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil, demonstrando que no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual autoidentificada da população adulta, divulgada no dia 25/05/2022 pelo IBGE, que segundo o instituto, pode estar subnotificado<sup>8</sup>, ressalta-se que, na pesquisa mencionada, as identidades de gênero foram excluídas.

Todavia, a Justiça Federal do Acre determinou que o IBGE inclua questões sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Demográfico deste ano. A medida acolhe um pedido do Ministério Público Federal do Acre e vale para todo o País. O juiz federal Herley da Luz Brasil, responsável pela ação, cobrou que o IBGE informe, em até trinta dias, as providências tomadas para cumprir a decisão. Na peça, ele destacou que a medida é um passo importante na correção da exclusão de políticas públicas para a população<sup>9</sup> (SILVA, 2022).

Mas o IBGE anunciou que irá recorrer da decisão da Justiça Federal do Acre e que não é possível incluir a população LGBTQIA+ no recenseamento que terá início no dia 1º de

5 SOUZA, R. C. M. Os Homens Trans no Brasil: as políticas públicas e a luta pela afirmação de suas identidades. 2016. Feito em conjunto com IBRAT.

6 VIDALE, G. Asaga de ter um filho trans. Revista Veja, São Paulo, ed. 2552, ano 50, n. 42, 2017.

7 FURTADO, V. Censo ignora população LGBTI+ brasileira por mais uma década. Jornal O Liberal, 16/02/2020.

8 TOKARNIA, M. IBGE divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 25/05/2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>>.

9 SILVA, C. Justiça manda o IBGE incluir dados sobre orientação sexual no Censo 2022. Carta Capital, 03/06/2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/justica-manda-o-ibge-incluir-dados-sobre-orientacao-sexual-no-censo-2022/>>.

agosto. Segundo o IBGE: “a menos de dois meses do início da operação do Censo Demográfico 2022, não é possível incluir no questionário pergunta sobre “orientação sexual/identidade de gênero” com técnica e metodologia responsáveis e adequadas - muito menos com os cuidados e o respeito que o tema e a sociedade merecem<sup>10</sup>” (CAIXETA, 2022).

Percebe-se que a ausência de dados no Censo oficial sobre a população LGBTI+ pode gerar uma invisibilização dos nossos corpos, corpos esses marcados pela discriminação e o preconceito, além de impactar negativamente na formulação de políticas públicas, colaborando para que continuemos à margem da sociedade.

Esta pesquisa, empreendida pela Rede Trans Brasil, tornou-se um desafio, tanto para a obtenção de dados, como a sua socialização para a caracterização do perfil sociodemográfico de pessoas trans, travestis e de gênero diverso de dez (dez) capitais brasileiras.

Levantar dados sobre a identidade de gênero, seus recortes e marcadores sociais é de suma importância, pois as pessoas são diversas e questões que envolvem gênero, classe e raça, necessitam ser consideradas para compreender as suas vulnerabilidades e necessidades, e, assim, promover políticas públicas para a comunidade de pessoas trans, uma vez que existe um padrão de violações sistemáticas, sobretudo, às pessoas trans racializadas que as exclui do acesso à educação, à saúde e ao mercado formal de trabalho<sup>11</sup> (Raça & Igualdade, 2020).

E, ao analisar o Censo Trans desenvolvido pela Rede Trans Brasil, entende-se que a violência moral, psicológica, física e a exclusão social ainda é uma realidade que é visível no dia a dia e publicizada nos meios de comunicação e anualmente dos Dossiês da instituição. As pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil enfrentam quadros graves de exclusões que se manifestam de diferentes formas e repercutem em todas as esferas e traz impactos negativos para quem sofre.

O preconceito e a discriminação contra pessoas trans ainda é visível na sociedade, levando a diversas violações devido a identidade de gênero, sobretudo, no seio de suas famílias, que precisariam oferecer o suporte indispensável. Soma-se ainda as situações de discriminação e violência que expulsam nossos corpos do processo de escolarização, uma vez que a escola acaba se tornando um ambiente violento e hostil para nossa comunidade. É um ciclo vicioso de exclusão que alcança o mercado laboral e a sociedade no geral<sup>12</sup> (CANTELLI; NOGUEIRA, 2020).

Assim sendo, a violência contra a população trans ocorre em diversos espaços: no espaço público, no âmbito institucional e, principalmente, no ambiente familiar e doméstico. Há, ainda, um problema na constatação dos índices desse tipo de violência no Brasil, devido

10 CAIXETA, I. IBGE recorre da decisão de incluir população LGBT no censo 2022. Estado de Minas, 10/06/2022. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/06/10/noticia-diversidade,1372529/ibge-recorre-da-decisao-de-incluir-populacao-lgbt-no-censo-2022.shtml>>.

11 Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Porto, Isaac. Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.

12 CANTELLI, A. L.; NOGUEIRA, S. N. B. Nome social: a ponta do iceberg. 1ª. Edição. Edição do Autor. 2020. 47 p.

à carência de dados governamentais. Há uma grande subnotificação dos casos e, dentre os notificados, existem desafios relativos ao não enquadramento das ocorrências na tipificação adequada, dificultando a verificação da real proporção da situação, o que acaba se concretizando como um entrave no combate à violência<sup>13</sup> (Gonçalves *et al.* 2020).

A Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade, no prefácio da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ - Identidade e perfil sociodemográfico de 2020, produzido pelo TODXS, salienta que a produção de dados sobre as condições socioeconômicas e demográficas da população brasileira, com orientação sexual e identidade de gênero dissidentes, é um desafio histórico que deve ser superado por instituições governamentais e não governamentais. A coleta de dados, sozinha, não resolverá o processo histórico da negação de direitos à população LGBTI+. Mas, sem ela, não é possível comprovar e cobrar políticas públicas e afirmativas imprescindíveis para reverter a situação.

O caminho a ser percorrido, na coleta de dados para a nossa população, ainda é extenso e necessário, pois precisamos de dados para cobrar por políticas públicas. E a Rede Trans Brasil se coloca nessa trajetória, não só monitorando mortes, mas pesquisando e promovendo vidas, para assim gerar uma abertura no campo de reflexão dos Direitos Humanos, seja por meio de pesquisas, diagnósticos ou projetos que levem a verdadeira inclusão social das pessoas trans no nosso país.

---

13 GONÇALVES, A. C. et al. A violência LGBTQIA+ no Brasil. São Paulo: FGV, 2020.

## **EDUCAÇÃO, O SEGREDO DA ASCENSÃO**

Rebecka de França<sup>14</sup>

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil incide desde 2017 na elaboração de um perfil sociodemográfico da população T (Mulheres Travestis, Mulheres Transexuais) que vivenciam o território brasileiro, buscando apresentar ao Brasil os primeiros números desta população. A nossa instituição, junto a suas afiliadas por todo o país, promove, desde 2017, uma incidência política com a finalidade de contabilizar e apresentar o contexto de vulnerabilidade social que caracteriza as vivências das pessoas trans brasileiras, contornando esse trabalho que deveria ser feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em que promove política semelhante com o restante da população que mora em todo o Brasil; nunca se estimou o quantitativo de pessoas trans no país, porém, recentemente, em maio de 2022, o IBGE compartilhou a primeira pesquisa com Lésbicas, Bissexuais e Gays (apenas observando a orientação sexual dos pesquisados) e renunciou a população T - Mulheres Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e Pessoas não binárias (deixando de fora a identidade de gênero) colocando-as fora dos resultados.

Com a pesquisa divulgada pelo IBGE em 2022, constatou-se que cerca de 2,9 milhões de brasileiros se consideram Lésbicas Gays e Bissexuais - LGB e que esse quantitativo corresponde a 1,8% da população nacional, constatando ainda que, entre a população jovem, o percentual de pessoas que se declararam LGB é bem maior; a pesquisa se baseia em dados coletados em 2019, no dia 05 de Junho, o Ministério Público do Estado do Acre, notificou o Governo Federal cobrando, que no próximo censo brasileiro (que deveria ter sido realizado em 2020) houvesse campos específicos para os/as respondentes demonstrarem suas dissoluções referentes a “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

Na busca ativa de chamar atenção do governo nacional, muito antes dessas discussões, na tentativa de incidir nesse percentual populacional através dos métodos de pesquisa, contabilizando e publicizando dados da população Trans. A Rede Trans Brasil lançou o Censo Trans que teve como objetivo traçar um perfil sociodemográfico dessa população no país; dessa forma, a proposta era chegar onde pesquisadores cisgêneros jamais imaginassem de ir, através de dados para construir políticas públicas afirmativas, efetivas e eficazes para essa parcela da população.

Com a ajuda financeira do Fundo Positivo, foi possível reunir várias lideranças do país na diligência de traçar um plano ousado de cobrir todo o território nacional para vir a ser pesquisado. Muitos, ou todos, dados relacionados a essa população, nunca foram sequer decodificados, são dados de “achismos” sem comprovação científica em que a Rede Trans Brasil traçou o primeiro perfil dessa população, fato inédito e comemorado por todas as pessoas trans apátridas nesse território.

14 Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e Mestra em Ensino de Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Um dos números que vem se destacando é o percentual de pessoas trans que não concluíram o ensino médio, cerca de 64,1%, caindo por terra a narrativa de que as pessoas trans “abandonam” a sala de aula e cometem evasão, ou seja, não há abandono, existe a “expulsão”, pois uma vez que esses seres humanos estão num local que não as convida a fazer parte dele, a única saída possível é deixar de frequentá-lo, uma vez que seu nome social não é observado, existe o impedimento de frequentar o banheiro do qual seu gênero se sente representado ou até mesmo não há sequer uma abordagem de temas sobre Transfobia ou LGBTFOBIA, fatores que colaboram com a indisposição de ir às aulas e se transforma em uma exaustão e, mais cedo ou mais tarde, vira desprezo culminando na desistência forçada.

Saindo da vida escolar, sem se quer concluído o ensino médio, essa população fica em casa se transfazendo de mais uma boca para ser alimentada em sua família, logo seus pais, acabam cobrando essas pessoas a esquadriharem um emprego, em que esbarram na precariedade que é ocupar um espaço no mercado de trabalho sem experiência, sem currículo ou sem grau de instrução, ocorrendo o contato precoce com a prostituição e o mundo das drogas por consequência.

Segundo a Rede Trans Brasil, a partir dos dados sistematizados pelo Censo Trans 89,5% da população de travestis e mulheres transexuais, são profissionais do sexo, confirmando um antigo número de que “90% das pessoas trans se prostituem”, essa realidade necessita ser debatida junto a população de travestis e mulheres transexuais para pensar outras estratégias de renda e de empregabilidade.

Os números frios, de uma breve retomada do retorno aos estudos, desenha uma nova geração de pessoas trans, que ocupam lares onde são acolhidas e respeitadas por toda a família, ou quase toda, dimensionado assim uma breve vitória, em um país que a mesma Rede Trans Brasil já denunciou como o país que mais mata corpos trans no planeta, sejam por violências ou seja pela pratica do suicídio.

Ainda em 2016, a Rede Trans Brasil divulgou os primeiros dados das primeiras pessoas trans que conseguiram registrar seus nomes sociais no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, naquela oportunidade 105 pessoas, de todo o Brasil, conseguiram que essa identificação fosse observada e respeitada; a partir daquele momento, observou-se uma crescente procura pelo nome social em anos posteriores, demonstrando, assim, que essa população sempre se interessou pela educação, porém, a educação nunca tinha sido convidativa nem inclusiva para essas pessoas se sentirem seguras e participativas.

Ainda assim, vale discutir a incidência na luta de pessoas trans mais antigas na garantia de vida das mais novas, uma vez que, até algum tempo atrás, não existiam pessoas trans jovens, uma vez que a travestilidade e a transexualidade só eram desabrochadas após os 30 anos, perpassando a idade da juventude; dessa forma, a Rede Trans também identificou que esse acesso crescente a educação se deu por uma crescente população jovem: cerca de 69,7% das pessoas trans no Brasil são jovens com até 29 anos, mais que a metade ativa desse percentual de população brasileira.

Nesse caso, se existe uma população jovem de pessoas trans, é necessário garantir o acesso à educação, o aconchegamento a algum mecanismo que garanta a aproximação a

cursos profissionalizantes e conseqüentemente o ádito ao mercado do trabalho. Pensando nessa iniciativa, várias cidades do Brasil implantaram, em seus programas municipais, programas homônimos ao TRANSCIDADANIA, criado em São Paulo, em janeiro de 2015. As unidades estaduais da federação brasileira, quando não conseguiram criar, também investiram nessa proposta de governo, pois números apontados por São Paulo mostravam que a cada travesti/transsexual que eles incluíam no programa Transcidadania, o numero de violência nos pontos de prostituição diminuía, acarretando numa cidade mais pacífica e segura para todos os seus habitantes.

Desde que as Travestis/Transexuais começaram a ter acesso à educação, não quiseram ficar apenas como alunas, o número gritante de acesso a cursos universitários de Pedagogia e disciplinas lecionadas na educação escolar aumentou proporcionalmente a entrada delas através do ENEM. A incidência dessas pessoas nas Universidades, também obraram com que esses temas, fossem discutidos e pesquisados pela academia, nessa vertente, os grupos de estudos de gênero e diversidade, cresceram no país, as pessoas trans não eram apenas pessoas “pesquisadas”, agora elas se tornavam “pesquisadoras”, unindo a vivência de seus corpos nas pesquisas científicas com a voz e a visão sobre si mesmas e suas similares.

Com relação às mais velhas, só 0,3% das pessoas trans conseguem chegar à terceira idade (57 a 60 anos), culminando em uma problemática antiga do movimento social trans, a idade vivenciada desse contingente populacional é até a juventude mesmo? Essa população não envelhece? Morrem mesmo com a faixa etária de 36 anos? A Rede Trans também computou respostas das pesquisadas e o que foi apontado é que, de fato, as travestis e transexuais estão fadadas a serem assassinadas dentro da faixa etária que permeia os 40 anos, fazendo assim uma provocação ao poder público quanto a políticas sociais que garantam que essa população tanto envelheça (como vem acontecendo com a população brasileira) como consiga-se aumentar o infrequente aumento de pessoas trans acima de 60 anos no Brasil, com direito a aposentadoria é um lugar digno para envelhecerem.

Se, de fato, houver uma incidência maior no aumento dos programas sociais como “Transcidadania” pelo Brasil e a garantia da entrada, permanência e finalização da vida escolar, técnica e acadêmica para a população trans do Brasil, haverá de fato uma inversão dos números apresentados pela Rede Trans, visto que investir em uma educação paritária com respeito à identidade de gênero das pessoas trans, pode ser a única ferramenta que garanta a recuperação de um contexto populacional esquecido e discriminado, assim como a população preta do Brasil, pois o governo federal, os estaduais (distrital) e os municipais também possuem uma dívida com a população trans e são responsáveis não só pela exclusão e abandono das pessoas trans a sala de aula, como também podem ser culpabilizados pelos assassinatos em todo o território brasileiro, culminando com o aumento ódio conseqüência da transfobia.

A saída é, de fato, educar essa população, perfazendo que elas tenham acesso à leitura, aos cálculos, ao desenho e às ciências. Essas cidadãs poderão construir mecanismos assertivos para garantir sua vida na sociedade e, claro, envelhecer com dignidade como todos os brasileiros, assim como os habitantes do Brasil chegam até seus 70 anos (dados do

IBGE), a população trans também precisa incidir numa política pública afirmativa para que estudem o ensino fundamental, perpassam o ensino médio, entrem no ensino superior e galguem com suas pós-graduações para enfim serem contratadas no mercado de trabalho formal.

Quando as respondentes do censo da Rede Trans replicam sobre a educação, conseguimos entender o quão assertivas e importantes foram a inclusão das políticas mencionadas anteriormente, visto que é estimulante perceber a retomada dos estudos por essa população, porém, o grande percentual dessa população ainda estaciona na inconclusão do ensino fundamental com 33,9 % de respondentes, porém, o que nos deixam atônitas é o crescente número de pessoas trans finalizando o ensino médio com 32,4%, conforme mostra o gráfico 07 escolaridade.

É com as estratégias de garantir as políticas do nome social, nos municípios e nos estados (distrito federal), que esses números podem aumentar, visto que, concluindo o ensino médio, sabe-se que estão a um passo de se submeterem ao ENEM e, conseqüentemente, adentrarem ao ensino superior para garantir uma profissão numa sociedade machista, segregadora, transfóbica, cisgênera e racista que lidam todos os dias.

O Transcidadania também pode ser apontado como uma das grandes estratégias que “magicamente” fizeram com essa população conseguissem superar o preconceito vivenciado nas escolas através do *bullying* e concluíram o ensino médio e desempenhasse o gosto por uma profissão através do ensino técnico profissionalizante.

Ainda assim a permanência na escola ou faculdade, não será intensificada se essa população não tiver um convívio harmônico em suas casas, nos seios de suas famílias, por isso a importância da divulgação desses resultados junto ao Fundo Positivo, além de promover esse perfil da população trans, a Rede Trans também intensificou a promoção da discussão da empregabilidade da população trans através do empreendedorismo, com o projeto “Travessia”, nele as lideranças trans em diferentes municípios do Brasil, puderam agendar reuniões com o poder público e o Sistema S para conseguirem destinar vagas as trabalhadoras e trabalhadores trans que incidem no mundo empreendedor.

Esse olhar focado nas vendas já é algo nato na grande maioria das pessoas trans, pois como o mercado não as absorve, elas precisam desenvolver técnicas de sobrevivência, sejam em seus salões de cabeleireiras, sejam em ateliês de costura, fazendo quentinhas, trabalhando com moda, no atendimento com faxinas fazendo as tarefas em casas ou até mesmo na prostituição, essa população desenvolveu através de uma educação “monóloga” a sobreviver na sociedade através do empreendedorismo.

Seja a educação técnica, empreendedora, escolar ou acadêmica, já sei foi demonstrado o grande potencial de aprendizado, participação e inclusão no mercado de trabalho dessas pessoas, o que, por muito tempo, acreditou-se seque essa população tanto não queria está nas frentes de trabalho, como se inseriam na prostituição por devoção, está sendo derrubada através da pesquisa científica desenvolvida pela Rede Trans.

Que, no futuro, essa população, consiga não só concluir sem nenhum tipo de preconceito transfóbico sua vivência escolar/técnica/acadêmica, como através de seus bons currículos, sejam absorvidas também pelo mercado de trabalho. Que, em breve, no Brasil e

no mundo, seja comum encontrar uma mulher travesti atendendo em um posto de gasolina, uma mulher transexual apresentando uma chamada na TV ou nas redes sociais ou que um homem trans possa ser educador físico. Que essa população se insira mais rapidamente no mercado de trabalho conforme sua formação e que a escola/universidade catapulte essas pessoas cada vez mais longe em seus desejos e sonhos.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A POPULAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Joyce Gomes

Estamos vivenciando momentos intensos de lutas e sequências retiradas de direitos sociais, momento de desigualdade no acesso às políticas públicas, ausência de alimentos, voltamos ao mapa da fome, entendemos que, devido o momento, além da preocupação direta com a pandemia causada pelo COVID19, existem outras dimensões de problemas históricos que precisam de uma ação que está intimamente ligada à demanda de acesso ao mercado de trabalho e aos programas sociais de transferência de renda, bem como de garantia de alimentação para a efetivação dos direitos humanos dos (das) indivíduos que historicamente vivenciaram o processo de marginalização, distantes dos direitos que estão previstos na Constituição Federal de 1988, estabelece, através do art. 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

A empregabilidade e a geração de renda é um dos grandes desafios de acesso à cidadania plena das pessoas Trans e Travestis. O trabalho e geração de renda é um mecanismo fundamental no processo de enfrentamento às violações e rompimento dos estigmas que esses corpos carregam, e isso reflete no convívio social dentro dos espaços familiar, as pessoas trans e travestis, que conseguem prover seus lares, têm maior aceitabilidade na família; e mesmo essas pessoas trabalhando de maneira formal ou autônomas, não se reconhecem enquanto trabalhadoras, e as poucas que adentram no trabalho formal tem que conviver com constantes assédio tendo que diariamente provar sua habilidade, pois, ao menor dos erros, logo sua capacidade técnica é posta à prova.

No âmbito das relações de trabalho, os dados explicitados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que há dificuldades para o respeito às orientações sexuais que não afirmam a heterossexualidade. Cotidianamente, as pessoas LGBTI+ são alvo de discriminação e preconceito em locais públicos e instituições. De acordo com o relato de diversas organizações que atuam pela defesa de lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e pessoas Intersexo; são muitas as violações no âmbito do trabalho: assédio sexual, dificuldade de inserção, exclusão no processo de seleção, bloqueio na ascensão funcional, piores condições de trabalho e demissão. As consequências desse quadro, sob o ponto de vista psicossocial, têm sido bastante prejudiciais. A discriminação em função da orientação sexual leva ao isolamento, à clandestinidade e à marginalização; Apesar de estarmos vivenciando pequenas mudanças, a situação do mercado é cada vez pior para as minorias. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, a taxa de desemprego no Brasil chegou a 14,7%, e nossos corpos continuam apenas aparecendo em estatísticas não oficiais; pois, no momento da contratação, o empregador, mesmo que indiretamente, pode eliminar as possível candidato(a) trans e travesti à vaga, em decorrência de sua aparência, quanto menos passibilidade maior o número de preconceito e também pelo nome social; assim vivem assoladas pela prostituição e

subempregos, com o único fim de manter a subsistência, o que é intensificado pela falta de oportunidades de estudos, de políticas que não apenas incluam, mais garantam a permanência. A constante busca por emprego conflita-se com a necessidade da sobrevivência

A Política Nacional da Assistência Social possui o papel fundamental no processo de transformação social, porém são muitos os desafios para acessar, visto que os estigmas e preconceitos institucionais ainda estão presentes nesses espaços quais deveriam prestar uma especial atenção; o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), na teoria, deveria somar a esta luta, uma vez que se consolida como um direito social uma política de proteção que busca suprir as necessidades através dos “mínimos sociais” garantir dignidade a populações que sente a ausência de tudo, inclusive um lugar para dormir.

Se a política de assistência e de quem dela necessita porquê é tão difícil incluir a população trans nos programas sociais, como Moradia, Auxílio Brasil, Auxílio aluguel e inúmeros outros programas, que vão adicionando condicionalidades, que deixam cada vez maior o um número de pessoas trans e travestis à margem da sociedade; apesar de não haver uma política efetiva do estado brasileiro que guarde os direitos da população trans e travesti inclusive o direito à vida.

Nessa perspectiva de proteção social aos indivíduos, os programas que deveriam fortalecer e reestruturar os vínculos familiares pela proteção social de Alta e Média complexidade, acabam minimizando as violações dos usuários por uma conduta pessoal e moral; as instituições e sociedade buscam disciplinar nosso corpo e tentam categorizar tudo que fuja à normalidade.

Na perspectiva da justiça social, o CFESS Regulamenta e publica a Resolução nº 489 de 3 de junho de 2006 a qual estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação e expressão sexual no exercício profissional do/da assistente social. O descumprimento de tal normativa implica em processo legal para apuração dos fatos e penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional. Mesmo havendo normas que garantam o uso do nome social nos protocolos, isso ainda é algo distante da realidade.

Por um SUAS que inclua e não segregue, o aprisionamento social vivenciado pela pessoas Trans e Travestis, tendo que lidar com o processo de exclusão familiar, social, preconceito e discriminação, ocorre em diversas áreas da vida, inclusive nos espaço da assistência social, e que inicia ainda no período de criança e adolescente; deveríamos ser guarnecidas pela política de assistência, porém, dentro dos programas e conselhos tutelares, ainda acontecem práticas discriminatórias e até mesmo criminosas e mesmo vivenciando todo esse processo, ainda passa uma realidade, invisível aos olhos dos principais institutos de estatística brasileiros.

## APONTAMENTOS DO CENSO TRANS PARA UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA A PARTIR DO DADOS

Dediane Souza<sup>15</sup> e Tathiane Araújo<sup>16</sup>

A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil recomenda ao Governo Federal, aos Governos Estaduais e aos Governos Municipais a construção de iniciativas de políticas públicas para promover a cidadania de travestis e transexuais no intuito de diminuir o contexto de vulnerabilidades que encontramos no país.

Iniciativas no campo da Educação, Saúde, Segurança Pública, Direitos Humanos e Assistência Social são de total importância para a construção de uma sociedade de respeito e diminuição da desigualdade social que assola a vida dessa população no Brasil. A partir dos dados encontrados no Censo Trans, produzidos pela Rede Trans Brasil em parceria com as organizações afiliadas da Rede, apresentamos demandas que podem auxiliar na construção de estratégias de enfrentamento ao contexto de vulnerabilidade em que a população de travestis e transexuais brasileiras se encontram.

Realizando uma leitura dos dados do Censo Trans da Rede Trans Brasil, alguns números chamam atenção para pensar uma atuação para o controle social e os Direitos Humanos da população de travestis e mulheres transexuais, observa-se que algumas considerações são traçadas: a pesquisa é totalmente ligada ao perfil de Travestis, Mulheres Travestis, Transexuais e Mulheres Transexuais, ou seja, é 100% de gênero feminino; as cidades que a pesquisa foi aplicada são: Natal –RN, Porto Alegre-RS, São Paulo - SP, Aracaju - SE, Maceió-AL, Manaus-AM, Fortaleza-CE, Brasília-DF, Goiânia-GO e Recife -PE, a pesquisa contempla todas as regiões brasileiras e o Distrito Federal.

Quando perguntadas sobre a sua autodeclaração de identidade de gênero, as pessoas responderam que 41,4% são mulheres transexuais, 29,9% são travestis, 7,9% mulheres travestis e 20,3% são transexuais, importante ressaltar que 61,7% das respostas estão ligadas às mulheres transexuais e transexuais de gênero feminino. A idade das pessoas que responderam o Censo Trans da Rede Trans Brasil são majoritariamente de jovens de até 29 anos, somando o número de 69,7%; aqui faço alguns questionamentos sobre as políticas de Juventude, O Estatuto da Juventude, aprovado em 05 de agosto de 2013, por meio da Lei nº 12.852/2013, na seção IV, trata do direito à diversidade e à igualdade, tendo a Secretaria Nacional de Juventude o compromisso de promover estratégias de garantia dos direitos humanos da juventude travestis, mulheres travestis, mulheres transexuais e transexuais de gênero feminino nas políticas de juventude.

A autodeclaração de cor e raça mostra que 58,7% do total das respondentes do Censo Trans são pretas ou pardas; as questões de moradia apresentam o número de 54,2% que residem sozinhas, demonstrando que a única renda que essa população tem é da prostituição para o seu

15 Dediane Souza é travesti negra, secretária geral da Rede Trans, graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e mestranda em Antropologia UFC/UNILAB.

16 Tathiane Araújo é presidenta da Rede Trans Brasil e coordenadora da Rede LAC TRANS.

próprio sustento ou sustento de terceiros. A escolaridade é outra questão que as autoridades e gestores de políticas públicas necessitam estar atentos: os dados mostram que 64,1% não possuem o ensino médio completo e que 33,9% não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Existe um contexto de baixa escolaridade que afeta a população de travestis e transexuais na perspectiva da prostituição, no país, que necessita ser reparado com uma urgência no Brasil; essa baixa escolaridade não permite um sonho com um trabalho formal, agravando, cada vez mais, o contexto de vulnerabilidade, em razão do preconceito, somado com a ausência de uma escolaridade básica. Temos uma urgência na construção de uma política nacional de combate a violência transfóbica no contexto escolar, empregabilidade e transferência de renda, com vistas a construir um programa nacional de travestis e transexuais que permita a construção de trajetória de vida e mudança de contexto de vulnerabilidade, o que se coloca como urgente.

O Programa Transcidadania, implementado na gestão do então prefeito de São Paulo Fernando Haddad, é um exemplo de política pública que necessita de uma nacionalização, tendo em vista que o Programa dialoga com eixos básicos; cidadania, empregabilidade, qualificação profissional, elevação de escolaridade e transferência de renda. Com as reflexões e os dados sistematizados aqui no nosso Censo Trans, é possível provocar as casas legislativa para a implementação de iniciativas, inspiradas no transcidadania de São Paulo e outras iniciativas que estão sendo implementadas por outros estados brasileiros a exemplo do Estado do Rio Grande do Norte que, por meio da Lei nº 11.132, institui o Programa “Transcidadania” no Estado, destinado a promover os direitos humanos, o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado às pessoas transgêneros, travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

A formação continuada em Direitos Humanos de gestores, professores e demais profissionais da educação é de total importância para a diminuição da evasão escolar da população de travestis e mulheres transexuais; assim como a criação de turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA em turnos alternativos é de total importância para o retorno aos bancos escolares, não deixando de considerar, para isso, a garantia do uso do nome social e o uso de espaços separados por gênero de acordo com a identidade de gênero o que se configura como de total importância para a não evasão escolar e o retorno dessas pessoas à escola.

Apenas 2,4% da população de travestis e transexuais, que responderam o Censo Trans, tiveram o acesso ao ensino superior no Brasil, demonstrando que temos desafios a ser reparados desde o acesso ao ensino básico até a permanência ao ensino superior; quando falamos de acesso a pós-graduação, o desafio ainda é maior pois não tivemos nenhuma resposta das entrevistadas. Acredito que pensar a escolaridade de travestis e transexuais é uma estratégia importante para a reparação do contexto de vulnerabilidade que ainda encontramos nos dias atuais no Brasil.

Pensar ações afirmativas no ensino superior para travestis, mulheres travestis, mulheres transexuais e transexuais é de total importância na democratização do Ensino Superior no Brasil e não só criar ações afirmativas de acesso ao Ensino Superior, também faz-se necessário a criação de iniciativas que garanta a permanência dessas sujeitas nas Universidades Públicas brasileiras.

Quando abordamos as questões de trabalho, os dados do Censo Trans nos mostram que 89,5% das entrevistas pela pesquisa são profissionais do sexo. Os números nos indicam que o

contexto de prostituição é uma realidade junto a população de pessoas trans, existindo uma necessidade urgente de pensar outras possibilidades para além da prostituição; assim, aqui, lanço um questionamento: quais outras populações no Brasil tem a prostituição como uma única possibilidade de sobrevivência? Dessa forma, continuo os tensionamentos com os contextos de violências que a rua e a prostituição colocam as pessoas trans no Brasil.

É urgente a mudança do cenário apresentado acima, posto que temos que pensar em políticas de transferência de renda e estratégias de empregabilidade, empreendedorismo e outras iniciativas que garantam direitos básicos às brasileiras trans. Construir parcerias públicas e privadas, no intuito de garantir postos de trabalhos em troca de redução de imposto, também é uma estratégia de inclusão; quando falamos em empregabilidade trans, não estamos falando apenas de abertura de postos de trabalho, mas a garantia de sua permanência, como a construção de ações para um ambiente de trabalho seguro para o exercício das identidades de gênero, assim como a construção de um local de trabalho acolhedor, o que se configura como algo fundamental para garantir a permanência destas sujeitas.

Outras possibilidades de geração de renda seja garantido a pessoas trans é possível; portanto, trago outra preocupação que é a seguridade social, o acesso à aposentadoria e ao auxílio a que um trabalhador formal, com os direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, tem garantido, visto que uma profissional do sexo, sem vínculo de emprego e que não tem condições de pagar a previdência como autônoma, não tem nenhum direito garantido pela previdência brasileira.

Realizar as contribuições previdenciárias, de forma autônoma, para as profissionais do sexo, não é uma realidade, considerando para isso o fato de que, não tendo acesso aos benefícios básicos que é garantido pela seguridade social, algumas pessoas trans, que têm o trabalho sexual como única fonte de renda, vê-se em situação muito difícil, principalmente quando inseridas em um contexto de doença e/ou na incidência de grandes desastres mundiais, como foi o caso do COVID 19, tendo que sobreviver, muitas das vezes, por meio da solidariedade.

Importante ressaltar que a pandemia do coronavírus foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde-OMS em março de 2020; o vírus SARS-CoV-2 ou o novo coronavírus, originado em Wuhan, na China, no final do ano de 2019, espalhou-se pelo planeta causando um verdadeiro desastre humanitário pelo mundo. O Brasil é o segundo país no mundo mais afetado com a pandemia do COVID-19<sup>17</sup>, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América – EUA.

O isolamento social rígido foi uma estratégia utilizada pelas autoridades de saúde no intuito de diminuição da transmissão do vírus, dentre outras medidas usadas no Brasil pelos governadores, no intuito de barrar a crescente infecção do vírus junto à população, tendo em vista que o vírus tem uma fácil propagação por conta de que o contágio é realizado por contato físico. As profissionais do sexo, sem vínculo de trabalho ou sem condições de trabalho, ficaram em contexto de fome e muitas tiveram que arriscar suas vidas para a sua sobrevivência.

17 A pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. acessado em 15 de junho de 2022 em <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia#:~:text=A%20pandemia%20de%20Covid%2D19,na%20hist%C3%B3ria%20recente%20das%20epidemias>.

Acredito que, somado ao contexto de violência, de discriminação e à baixa escolaridade, as pessoas trans no Brasil têm a necessidade de um olhar mais atento às demandas que assolam essa população; aqui resgato que o Brasil é o campeão mundial no *ranking* de assassinatos de pessoas trans, assim torna-se importante observar os dados do dossiê<sup>18</sup>, visto que a espacialização da transfobia no Brasil, no que se refere a assassinatos e violações de direitos humanos em 2021, produzido e publicado pela Rede Trans, apontam recortes importantes para pensar essas violências e assassinatos.

Os dados do Censo Trans nos chama atenção no que se trata de renda: um total de 60,5% vivem com até um salário mínimo e 19,9% não tem nenhum rendimento; os dados mostram que existe um contexto de pobreza e ou de pobreza extrema a que estão submetidas as pessoas trans no Brasil. Construir iniciativas que garanta a inclusão de travestis e transexuais nos programas de transferência de renda é urgente, campanhas junto os serviços da assistência social para a inclusão de travestis e transexuais no cadúnico é urgente, tendo em vista os contextos de desigualdade e de pobreza em que essa população se encontram no país.

Questões ligadas à saúde e à prevenção ao HIV, comportamento e uso de álcool e outras drogas. As perguntas elaboradas no questionário do Censo Trans foram as seguintes: se você precisar ir ao médico, você procura qual serviço? 96,1% das responderam que buscam o serviço público; em seguida, perguntamos se foi a um serviço público na atual cidade de moradia no último ano; as respostas foram que 73,9% foram a um serviço de saúde; dentro das respostas estão as unidades básicas de saúde e serviços especializados em IST/Aids. Sobre o acesso ao diagnóstico ao HIV, 95,5% afirmaram ter realizado o teste para HIV; quando perguntadas do local da realização do teste; 35,1% ONGs, 33,5% Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA e 13,7% realizaram testes em campanhas e ações comunitárias.

Sobre comportamento: quantos parceiros sexuais você teve nos últimos 15 dias? 35% responderam que mais de dez; seguindo a ordem, 34,7% das respondentes tiveram até 5 a 10 parceiros sexuais. Perguntadas se têm companheiro fixo, a resposta foi que 67,8% não têm companheiro fixo. Em seguida, perguntamos sobre o acesso aos preservativos: afirmam que as Organizações Não Governamentais - ONGs constituem-se como o lugar mais acessível para travestis e transexuais terem acesso a esses insumos de prevenção.

Perguntadas sobre a frequência do uso de preservativos no sexo oral, a resposta é de que 57,7% nunca usam e 21% quase nunca; em seguida perguntamos sobre o uso da camisinha no sexo com penetração: 51,5% usam sempre e 40,2% usam quase sempre; em seguida, perguntamos sobre o uso de preservativos nas ultimas relações sexuais com cliente fixo e a resposta foi de 75% usaram preservativo nas últimas relações sexuais e de 24,7% aquelas que não usaram. Importante destacar que, quando existe uma relação de confiança com os clientes fixos, a negociação do não uso de preservativo é negociada.

Na seção sobre o uso de álcool e de outras drogas, as respostas nos chamam atenção para a urgência de estruturar um trabalho de redução de danos junto à população de travestis e transexuais, visto que o trabalho sexual e o uso de álcool e outras drogas possam ter uma relação

18 Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/01/dossie-mortes-redetransbrasil-2021-web.pdf> acessado em 15 de junho de 2022.

direta. As substâncias mais utilizadas pelos respondentes do questionários do censo trans estão na seguinte ordem: Álcool 84%, maconha 74,6%, cigarros 63,5% e cocaína com 41,7%.

Sobre o uso de hormônios, 96,8% da população de travestis e transexuais que responderam afirmam já ter feito o uso de hormônios, e que obtiveram conhecimento dos medicamentos por meio de outras pessoas travestis e transexuais e realizaram a compra de forma avulsa e que apenas 4,6% tiveram ou têm acesso ao processo transexualizador em serviço ambulatorial especializado. O que pode ser constatado quando perguntamos se elas são acompanhadas por serviços ambulatorial especializado para pessoas trans. 84,7% afirmaram que não têm acesso a esse tipo de serviço.

A ausência de serviços de saúde especializados levam as pessoas trans ao uso indiscriminado de medicamentos e substâncias não apropriadas para o processo de mudanças corporais, assim apontamos aqui a urgência de criação e ampliação dos serviços do processo transexualizador com a implementação de Ambulatórios especializados no processo transexualizador e com a distribuição gratuita de medicamentos e cirurgias que estão ligadas ao processo transexualizador.

O uso do silicone industrial ainda é uma realidade junto à população de travestis e transexuais: perguntadas sobre o uso de silicone industrial, 50,1% responderam já ter feito o uso da substância no intuito de mudança corporal. Quando questionadas sobre a parte do corpo que deseja modificar, os dados configuram-se na seguinte ordem: bunda com 94,3% seguindo pelas pernas com 26,8% e seios com 24,1%. Perguntamos em seguida pela quantidade em litros e as respostas giram numa média de 02 a 05 litros; sendo que quem aplica é a figura da bombadeira.

Perguntadas sobre o conhecimento do uso de silicone industrial, as respostas são que: 73,2% sabem que o silicone pode se deslocar para outras regiões do corpo; 43,9% sabem que o silicone pode levar à morte e 44,1% sabem que o silicone industrial não é recomendado para o uso humano.

Contato com a violência e a discriminação em decorrência da identidade de gênero: as perguntas estão diretamente ligadas à violência sofrida em decorrência da identidade de gênero. 74,1% relataram que foram maltratadas em algum tipo de serviço de saúde; 67,7% foram expulsas de lugares públicos; 69,8% foram expulsas dos lugares onde moravam; 85,1% relatam já ter sofrido algum tipo de violência verbal; 77,8% relatam ter sofrido violência física; 72,1% relataram ter sofrido violência sexual; 78,7% sentiu-se discriminada em busca de trabalho; 71,5% já foi discriminada ou demitida de um trabalho; 71,7% foram expulsas ou excluídas do ambiente familiar; 68,7% relatam agressão por policial; 64,3% foram expulsa de instituições educacionais; e 66,9% já foram exploradas no exercício do trabalho sexual.

## GRÁFICOS

### PERFIL SOCIOECONÔMICO:

Cidade - UF

1.161 respostas

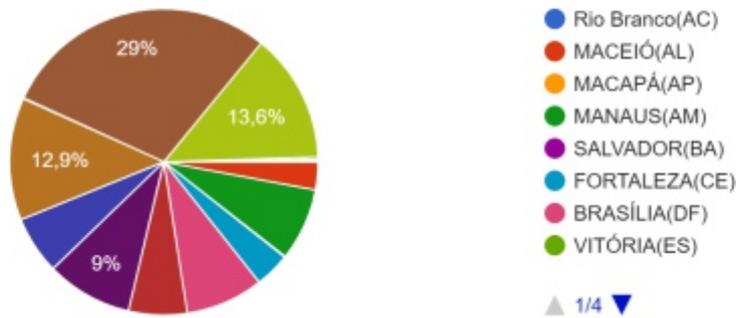


GRÁFICO 01: Respostas por cidades

Com qual gênero você se define?

1.147 respostas

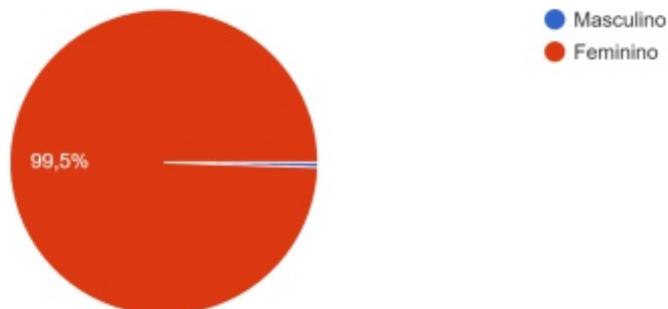


GRÁFICO 02: Identidade de gênero

Como você se define?

1.159 respostas

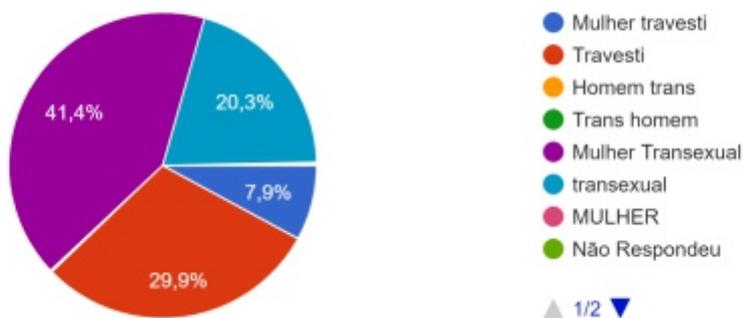


GRÁFICO 03: Identidade de gênero

Idade

1.118 respostas

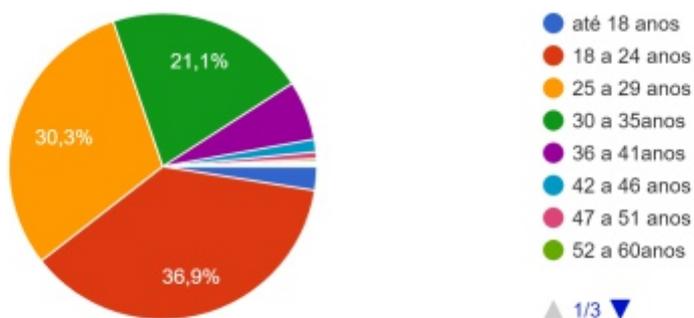


GRÁFICO 04: Idade

Cor/Raça:

1.155 respostas

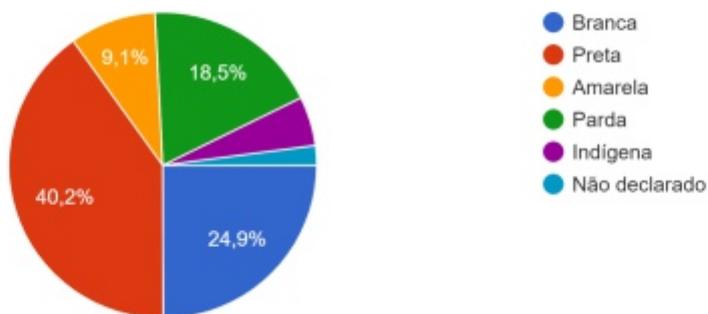


GRÁFICO 05: Cor e Raça

Com quem você mora?

1.158 respostas



GRÁFICO 06: Moradia

Até que nível da escola você chegou?

1.161 respostas

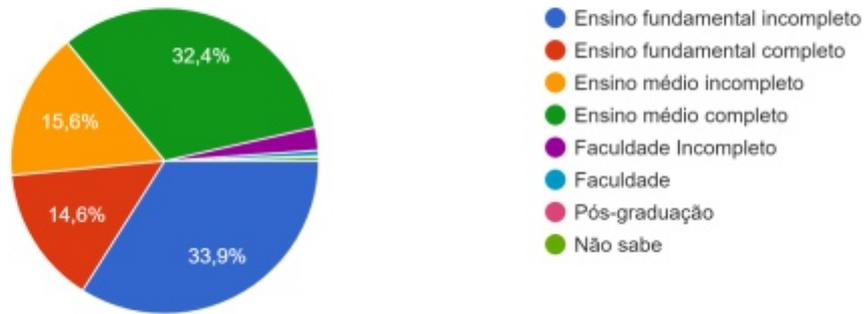


GRÁFICO 07: Escolaridade

Você trabalha? (Pode escolher mais que uma opção)

1.138 respostas



GRÁFICO 08: Trabalho

Quanto você ganha por mês?

1.158 respostas

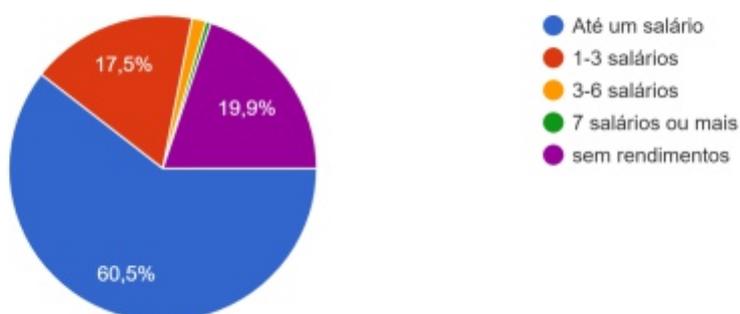


GRÁFICO 09: Renda

Conhecimento sobre nome social e processo de retificação de prenome e gênero:

Você tem conhecimento sobre a portaria do nome social?

1.149 respostas

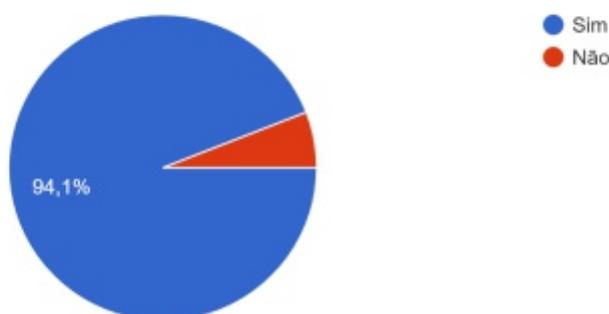


GRÁFICO 10: nome social

Você já se afastou de algum espaço social pelo constrangimento de não ter o nome social respeitado.

1.159 respostas

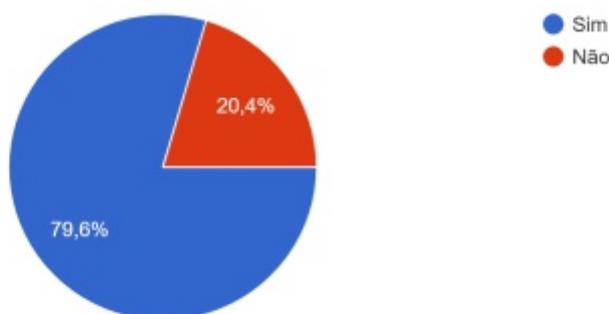


GRÁFICO 11: retificação de prenome e gênero

Se a resposta anterior sim, qual?

256 respostas

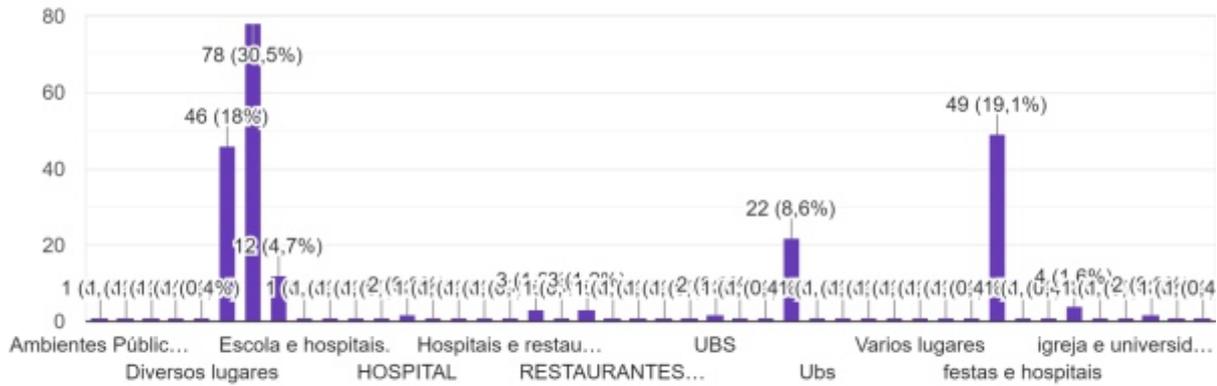


GRÁFICO 12: local de discriminação

Você tem conhecimento do processo de alteração judicial de prenome civil?

1.157 respostas

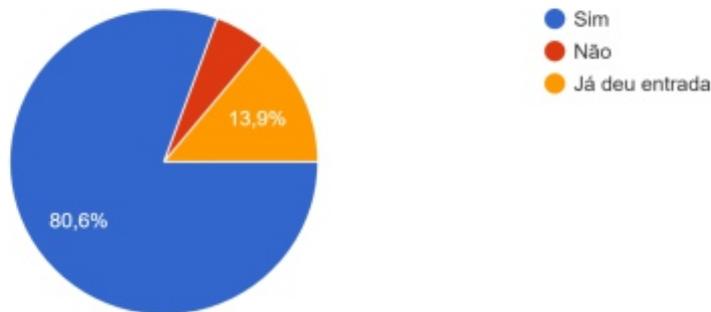


GRÁFICO 13: Prenome e gênero

Você tem redes sociais?

1.161 respostas

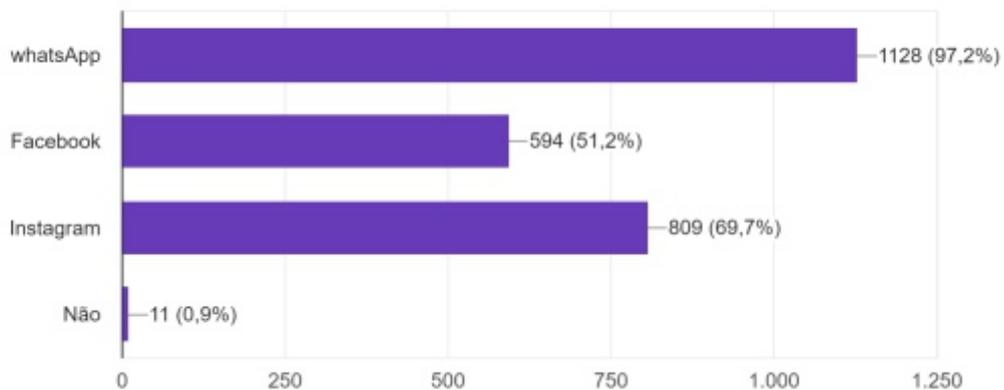


GRÁFICO 14: Uso de Redes Sociais

Se você precisa ir ao médico, você procura qual tipo serviço?

1.157 respostas

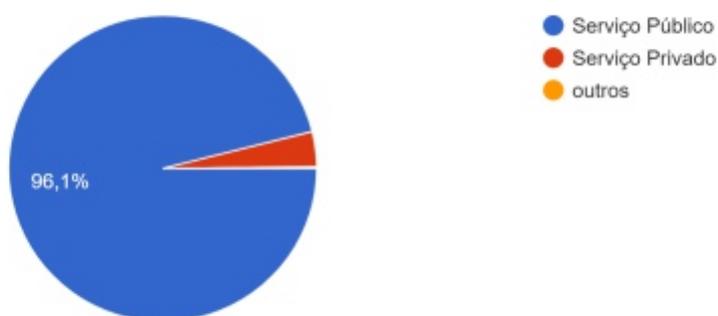


GRÁFICO 15: serviço de saúde

Você foi a um serviço de público de saúde aqui nessa cidade no último ano?

1.155 respostas

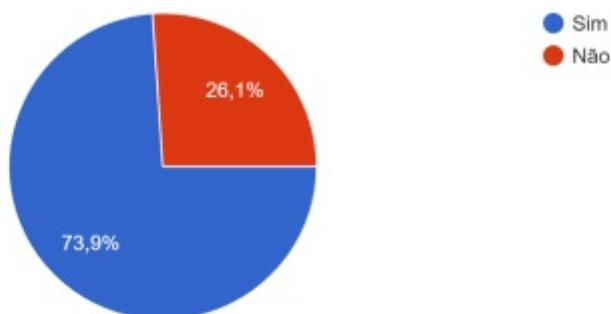


GRÁFICO 16: uso do serviço de saúde

Você já teve a oportunidade de fazer o teste anti-HIV?

1.155 respostas

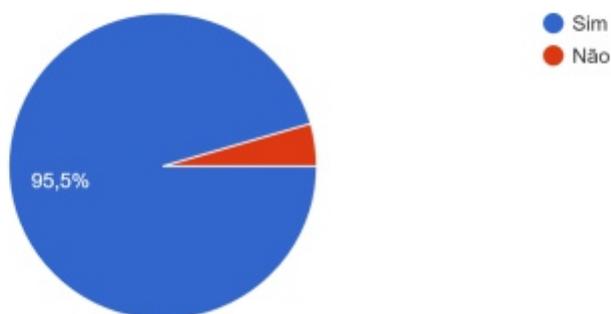


GRÁFICO 17: Testagem de HIV

Se, Sim, Onde?

1.104 respostas

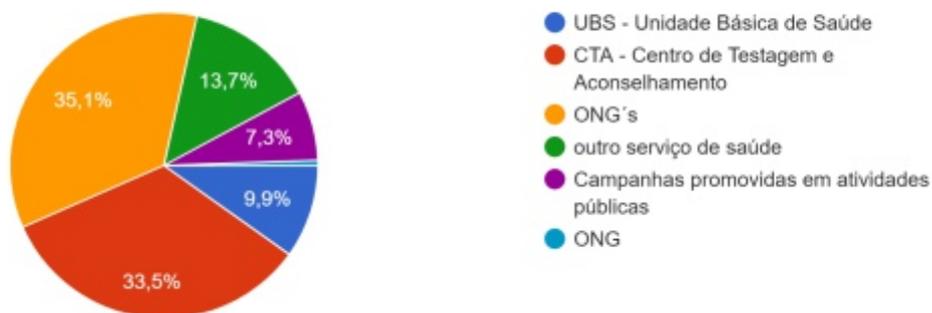


GRÁFICO 18: Local de realização de teste

Você voltou para pegar o resultado?

1.129 respostas

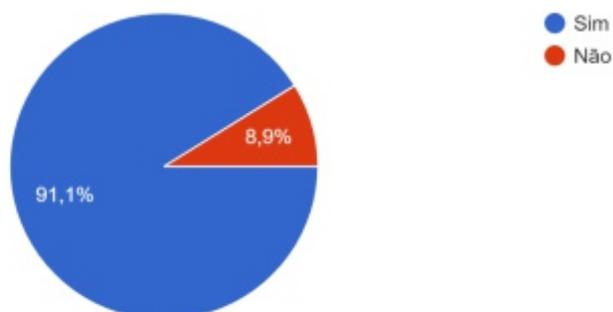


GRÁFICO 19: Resultado do Teste de HIV

Quantos parceiros sexuais você teve nos últimos quinze dias?

1.160 respostas

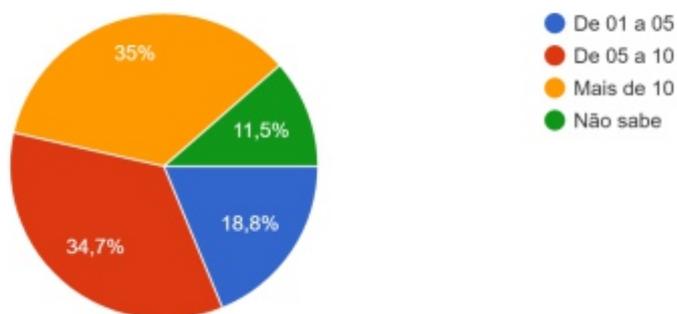


GRÁFICO 20: Quantidade de parceiros

Você tem companheiro fixo?

1.158 respostas

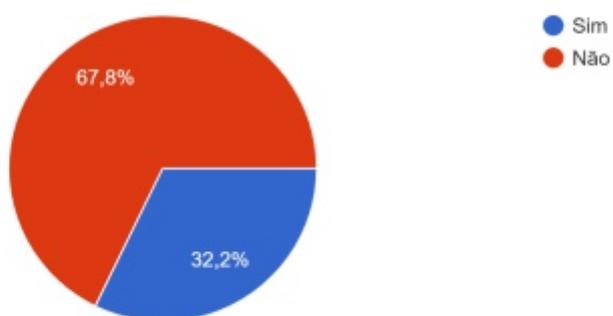


GRÁFICO 21: companheiro fixo

Onde você costuma pegar preservativos?

1.155 respostas

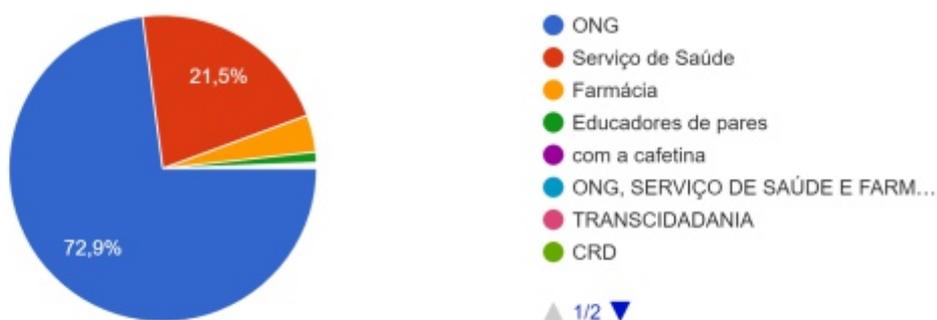


GRÁFICO 22: Uso do Preservativos

Você utiliza camisinha no sexo oral?

1.159 respostas

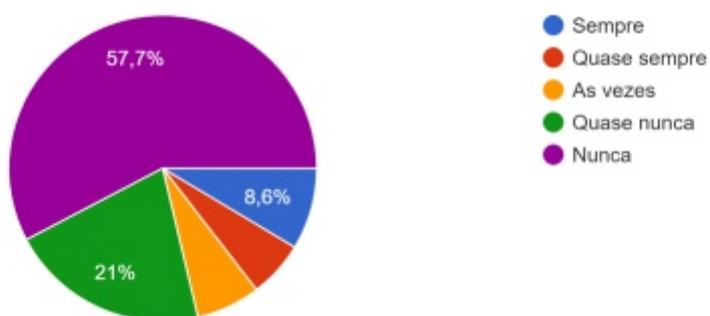


GRÁFICO 23: Uso do Preservativo

Você utiliza camisinha no sexo com penetração?

1.160 respostas

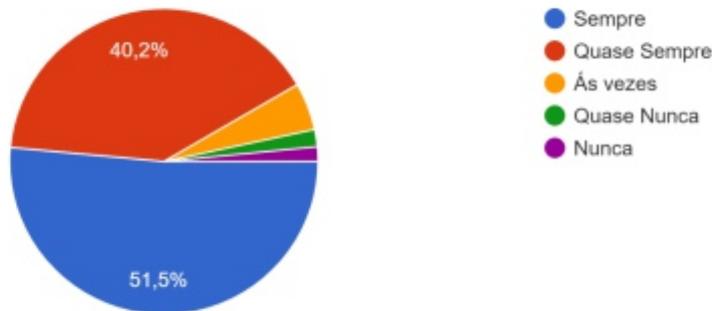


GRÁFICO 24: Uso do Preservativo

Você usou o preservativo a última vez que você transou com um cliente fixo?

1.142 respostas

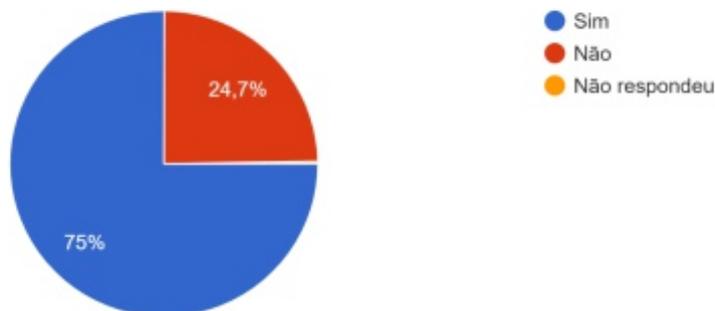


GRÁFICO 25: Uso de Preservativos

Você costuma usar algum tipo de lubrificante?

1.160 respostas

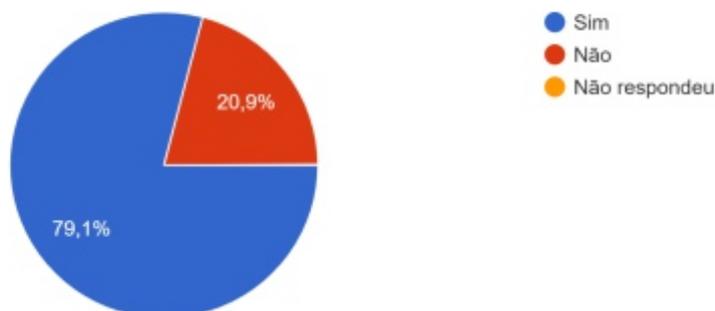


GRÁFICO 26: uso de gel lubrificante

Você já teve experiência de uma camisinha arrebentar?

1.157 respostas

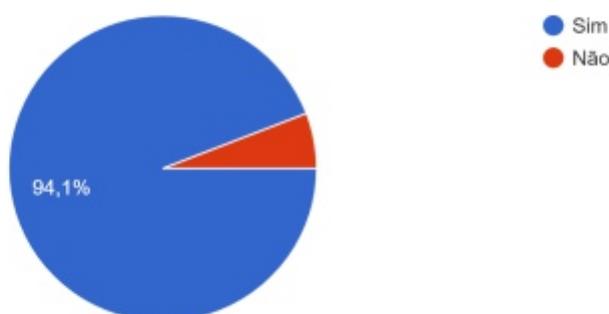


GRÁFICO 27: Uso de preservativos

Você tem usado ou usou algum tipo de droga injetável?

1.150 respostas

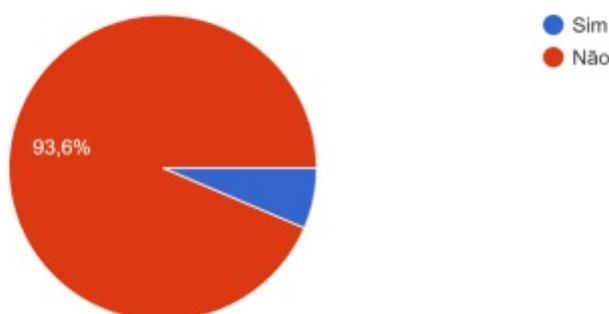


GRÁFICO 28: Uso de drogas

Você usou algumas(s) dessa(s) droga(s)?

1.141 respostas

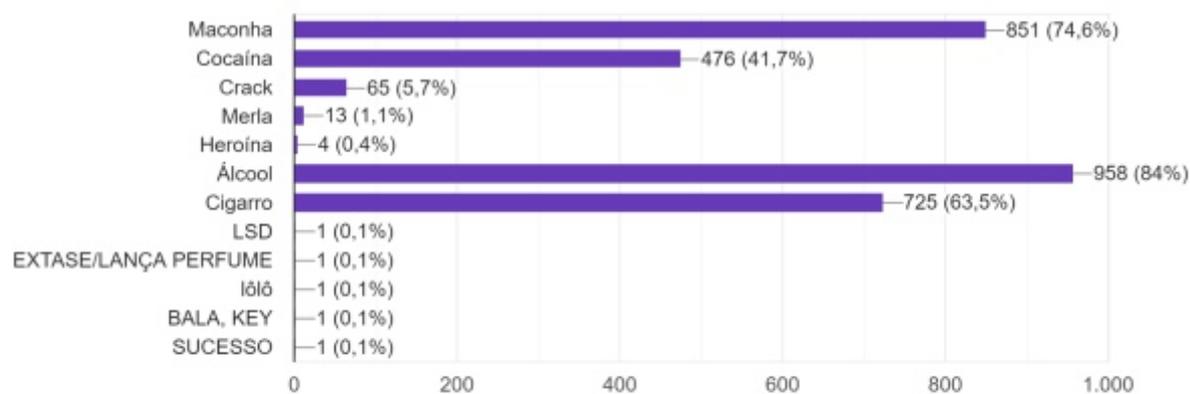


GRÁFICO 29: Uso de drogas

Você já fez uso de hormônios?

1.158 respostas

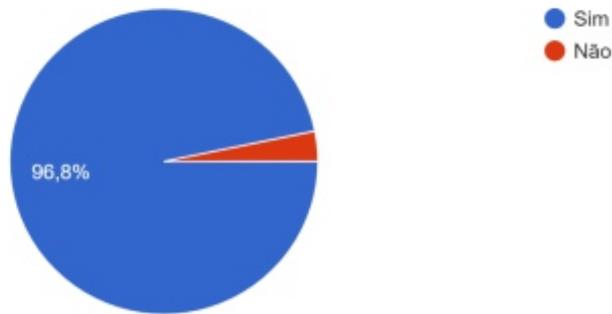


GRÁFICO 30: uso de hormônios

Onde você teve conhecimento a acesso ao medicamento?

1.133 respostas

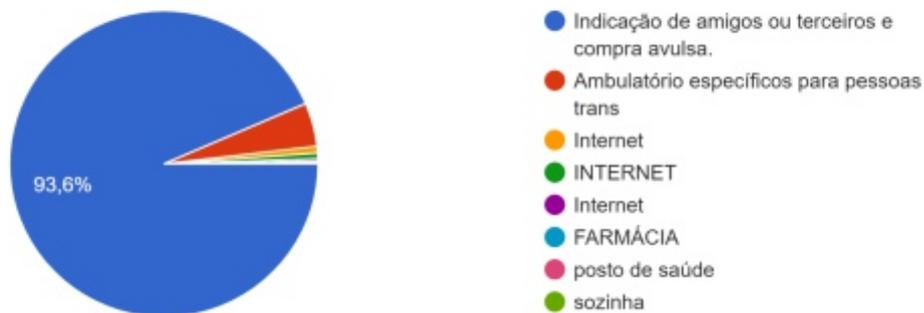


GRÁFICO 31: uso de hormônios

Hoje você faz tratamento em serviço ambulatorial especializado para pessoas trans.

1.154 respostas

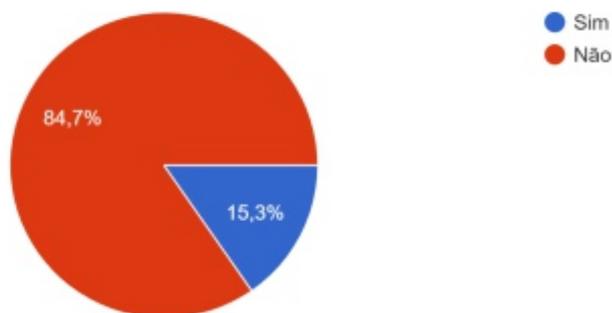


GRÁFICO 32: serviço ambulatorial

Você já fez uso de silicone industrial?

1.149 respostas

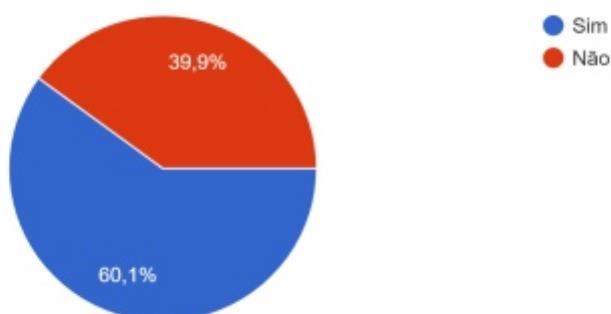


GRÁFICO 33: uso de silicone industrial

Se, sim, qual parte do corpo?

717 respostas

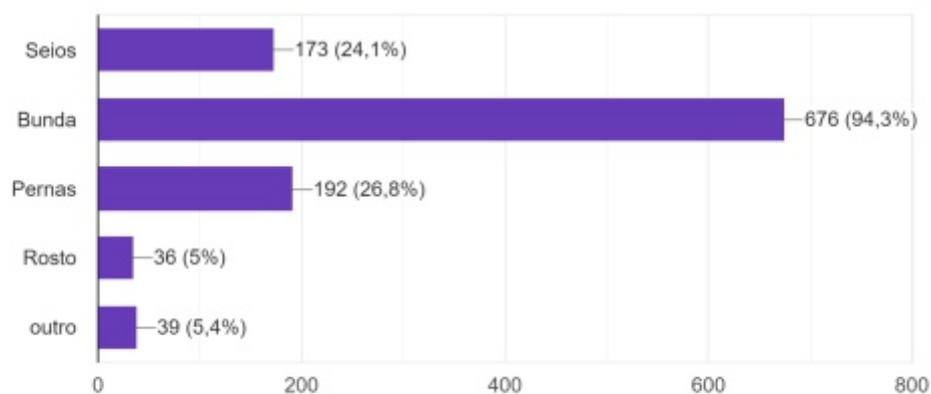


GRÁFICO 34: uso de silicone industrial

Em quantidade? Número de litros ou ML

686 respostas

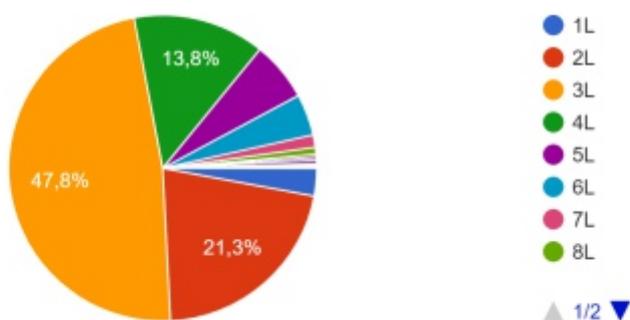


GRÁFICO 35: uso de silicone industrial

Quem aplicou o silicone?

714 respostas

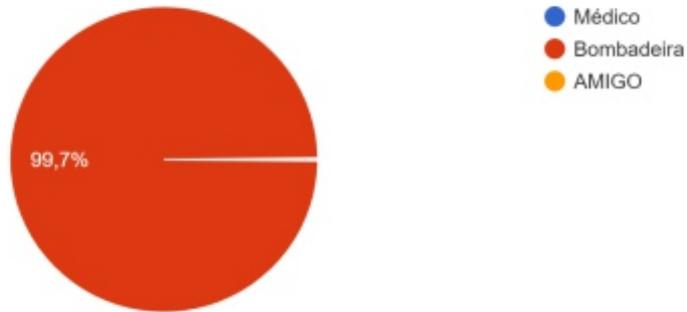


GRÁFICO 36: uso de silicone industrial

Antes de colocar o silicone, você sabia que:

716 respostas

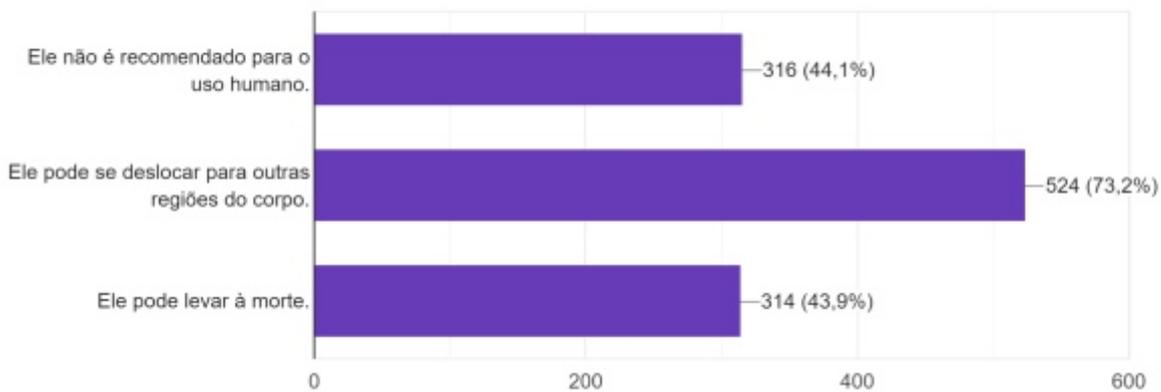


GRÁFICO 37: uso de silicone industrial

## PERGUNTAS OBJETIVAS SOBRE DISCRIMINAÇÃO DIRETA PELA IDADE DE GÊNERO

Foi maltratada(o) em serviços de saúde?

1.153 respostas

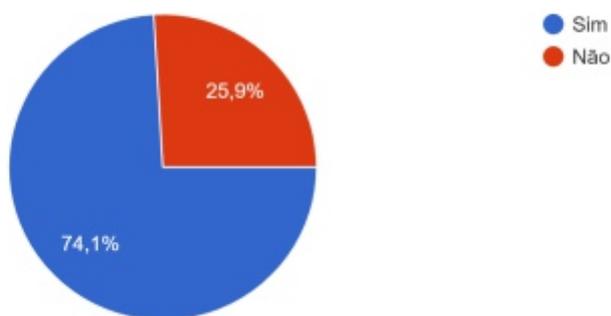


GRÁFICO 38: discriminação

Foi expulsa(o) de um lugar público?

1.157 respostas

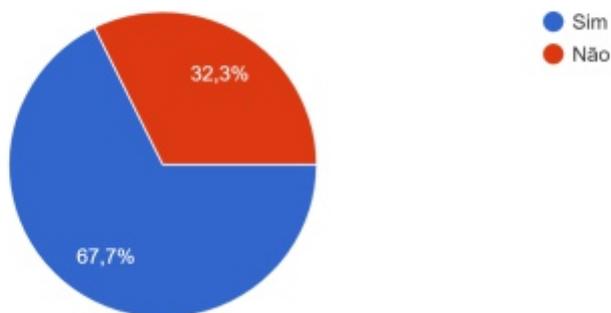


GRÁFICO 39: discriminação

Foi expulsa do lugar onde morava?

1.158 respostas

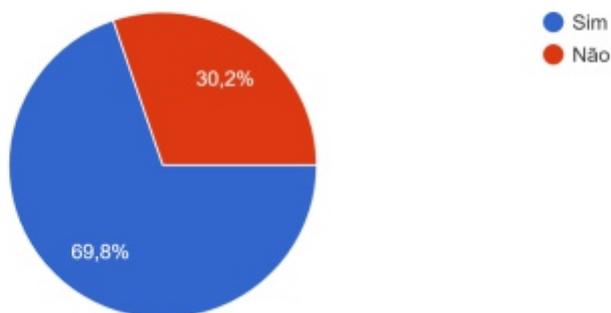


GRÁFICO 40: discriminação

Sofreu violência verbal?

1.159 respostas

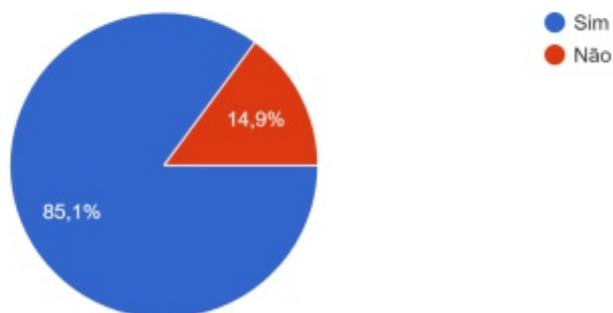


GRÁFICO 41: discriminação

Sofreu violência física?

1.161 respostas

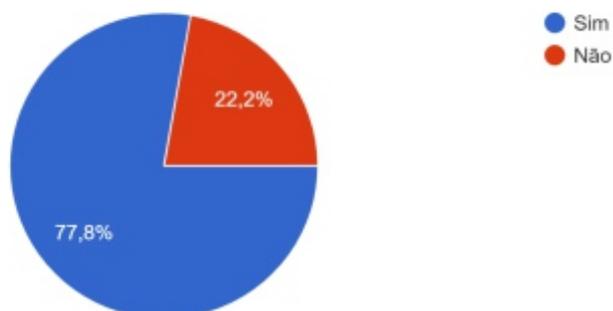


GRÁFICO 42: discriminação

Sofreu violência sexual?

1.158 respostas

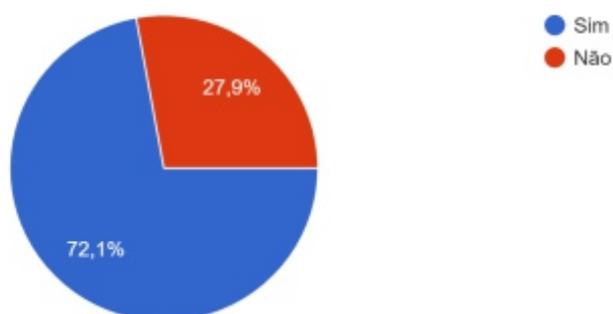


GRÁFICO 43: discriminação

Sentiu-se discriminada(o) na busca por trabalho?

1.156 respostas

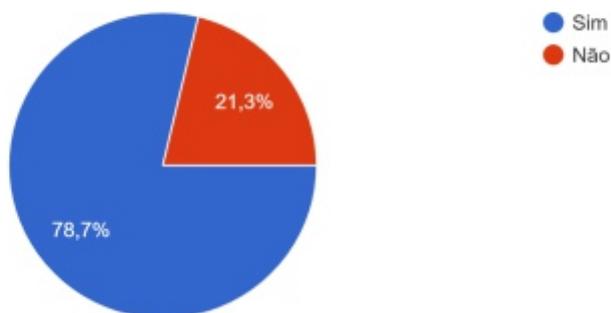


GRÁFICO 44: discriminação

Foi ou já foi discriminado(a) ou demitido(a) de um trabalho?

1.159 respostas

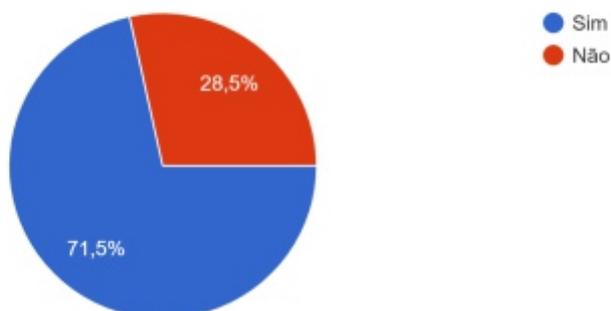


GRÁFICO 45: discriminação

Foi excluída(o) da família?

1.159 respostas

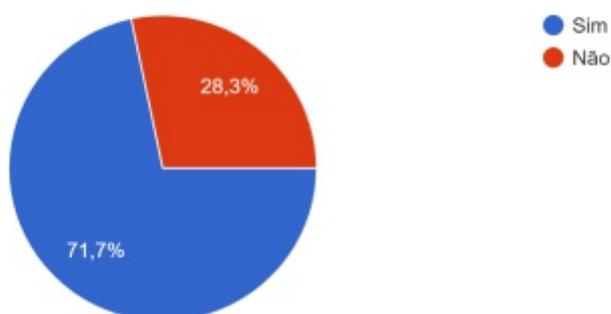


GRÁFICO 46: discriminação

Foi agredida(o) pela polícia?

1.158 respostas

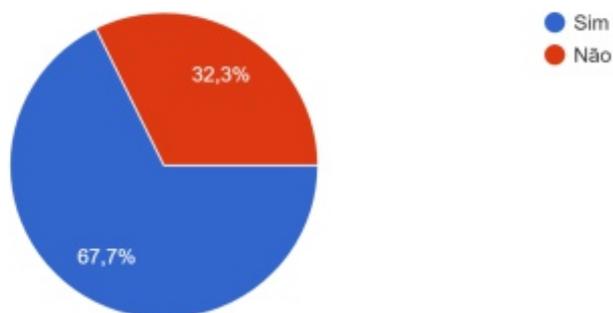


GRÁFICO 47: discriminação

Foi expulsa (o) de instituição educacional?

1.160 respostas

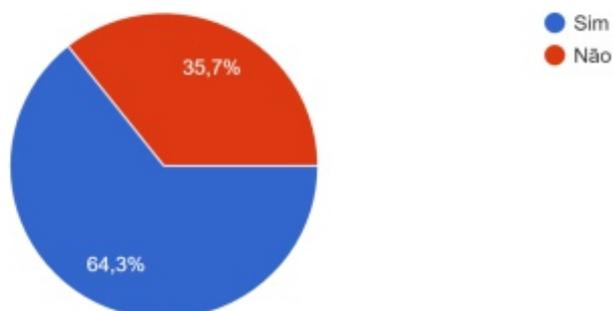


GRÁFICO 48: discriminação

Já foi explorada no exercício do trabalho sexual

1.161 respostas

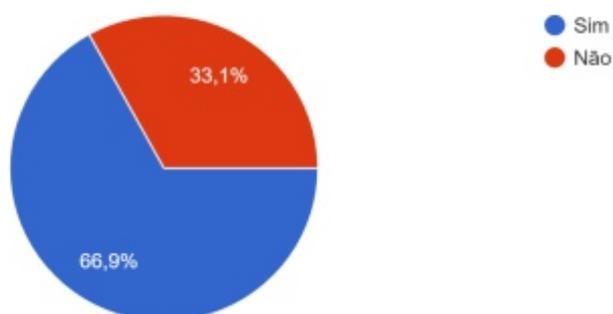


GRÁFICO 49: discriminação



# **PLANO NACIONAL DE INCIDÊNCIA POLÍTICA DO CENSO TRANS**

## **RECOMENDAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO E APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS E MULHERES TRANSEXUAIS A PARTIR DOS DADOS DO CENSO TRANS**

O Plano Nacional de Incidência Política do Censo Trans foi produzido durante a programação da IV Ação Transada da Rede Trans Brasil em 18 de junho de 2022, na cidade de São Paulo-SP, na sede dos Sindicatos dos Sapateiros do Estado de São Paulo.

### **1. SAÚDE**

1.1 Implementação de ambulatório do processo transexualizador nos Estados e Municípios; dados do uso de silicone industrial e acesso ao tratamento hormonal.

1.2 Os Ambulatórios devem possuir acesso gratuito à medicação para a hormonioterapia;

1.3 Implementação de uma linha de cuidado integral da saúde da população de travestis e transexuais;

1.4 Formação continuada em Direitos Humanos para profissionais da Atenção Primária à Saúde;

1.5 Divulgação e ampliação do acesso de Profilaxia Pré Exposição (PREP) e Pós Exposição para a população de travestis e transexuais (PEP);

1.6 Construção de uma campanha contra o suicídio de pessoas trans e construção de políticas para o cuidado da saúde mental de travestis e transexuais;

1.7 Campanhas de redução de Danos de uso de álcool e de outras drogas, assim como do silicone Industrial;

### **2. TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

2.1 Estabelecer parcerias com o sistema S para o oferecimento de cursos de capacitação e qualificação para pessoas trans, bem como o encaminhamento para o mercado de trabalho;

2.2 Criação de cooperativas de geração de renda;

2.3 Criação de banco de dados de currículos para pessoas trans e travestis junto aos SINE's;

2.4 Estabelecer parcerias com o Ministério Público do Trabalho e Justiça do Trabalho;

2.5 Cobrar o uso do crachá com o nome social e banheiro de acordo com a identidade de gênero nas empresas e demais espaços de trabalho;

2.6 Criar comitês de diversidade junto às empresas e capacitar gestores que atuam na área de Gestão de Pessoas;

### **3. EDUCAÇÃO**

3.1 Construção de programas que se inspirem no TRANSCIDADANIA, pensando elevação de escolaridade, qualificação profissional e transferência de Renda;

3.2 Efetivação do monitoramento da portaria 33/MEC que dispõem sobre o nome social na educação básica;

3.3 Expansão da modalidade da Educação de Jovens e Adultos: criar iniciativas contra turnos para turmas de travestis e transexuais;

3.4 Formação continuada em Direitos Humanos LGBT para profissionais de educação;

3.5 Discussão de ações afirmativas para pessoas trans, travestis e de gênero diverso no campo do ensino superior;

3.6 Fortalecimento e interlocução da pauta trans junto aos sindicatos de professores dos Estados e Municípios;

3.7 Discussão do uso banheiro de acordo com a identidade de gênero nas escolas e universidades;

3.8 Criar um diálogo com as secretarias municipais e estaduais de educação para o combate à transfobia, bem como a criação e a divulgação dos canais de denúncias;

3.9 Monitorar a atuação dos Conselhos Tutelares e a aplicação do ECA na proteção de crianças e adolescentes trans.

#### **4. ASSISTÊNCIA SOCIAL**

4.1 Acesso aos programas de transferência de renda a exemplo do CADÚnico;

4.2 Criar critérios de vulnerabilidades para que pessoas trans e travestis tenham acesso a programas de moradia (Casa Primeiro/Auxílio Aluguel Social);

4.3 Formação continuada para profissionais que atuam no serviço social;

4.4 Monitorar a população de rua de travestis e transexuais;

4.5 Expansões de casas, abrigos e de passagem para pessoas trans e travestis em contexto de vulnerabilidade social.

#### **5. SEGURANÇA PÚBLICA**

5.1 Analisar a efetividade do atendimento de mulheres trans e travestis nas Delegacias das Mulheres;

5.2 Reduzir a violência institucional no campo da segurança pública;

5.3 Analisar se os boletins de ocorrências possuem campos de nome social, orientação sexual e identidade de gênero para mensurar os crimes de transfobia nos municípios e estados e no DF;

5.4 Criar agendas públicas junto às Secretarias de Seguranças Públicas com secretários/as para uma formação em Direitos Humanos de Travestis e Transexuais para os profissionais de segurança pública de forma continuada e modular junto às academias de segurança.

5.5 Formação em Direitos Humanos para a Guarda Municipal em módulo de direitos de Travestis e Transexuais.

#### **Planejamento de incidência do Censo Trans:**

1. Lançamento da publicação do Censo Trans – Dia 28 de Junho de 2022 – Site da Rede Trans – Produção de Release com os dados para a mídia.

2. Solicitação de audiência pública junto a Câmara Municipal para apresentação dos dados do Censo Trans.

3. Protocolar o Censo Trans junto às Secretarias de Direitos Humanos, Educação, Saúde e Assistência Social.

4. Solicitação de audiência pública pelas comissões de Direitos Humanos das Assembléias Legislativas dos Estados.
5. Importante solicitar pautas nos conselhos de segmentos LGBT, Saúde, Educação e Assistência Social.
6. Audiência e apresentação junto às Coordenações Estaduais, Municipais de políticas LGBT, para criação de plano conjunto de incidência junto às pastas governamentais estratégicas
7. Os compromissos das afiliadas: protocolar e apresentar os dados do Censo Trans junto a gestores de políticas públicas, organismos de controle social e defensorias dos Estados e Ministério Público.
8. A Rede Trans irá produzir um padrão de ofício para facilitar os contatos com os parceiros.





  **redetransbrasil**

 **[www.redetransbrasil.org.br](http://www.redetransbrasil.org.br)**